

Grupo Parlamentar

Grupo Parlamentar

Suprime regimes especiais de aposentação para gestores públicos e equiparados e titulares de cargos políticos

Projecto de Lei n.º 95/X

Debate-se hoje uma questão de todo pertinente nas sociedades democráticas: será que servir a coisa pública, só por si, já não constitui estímulo suficiente para os cidadãos? A resposta a esta pergunta parece, dadas as mordomias, benesses e regimes de excepção previstos no nosso ordenamento jurídico para os que, de uma forma ou outra, servem a coisa pública, um rotundo e cristalino não! Não, é necessário criar incentivos e regalias para que os nossos cidadãos venham servir este País que se chama Portugal, parece ser a mensagem que o legislador transmite a todos nós.

Os actuais regimes especiais de aposentação a que os titulares de cargos políticos e gestores públicos têm direito são um exemplo flagrante do actual estado de coisas da nossa democracia. Isto acontece num país em que se pedem constantemente sacrifícios a quase todos, onde há mais de dois anos centenas de milhares de funcionários públicos não têm aumentos, onde se reduzem gastos na área social, tentando poupar inclusive na atribuição de subsídios de desemprego e de rendimentos mínimos. Ora, muitas vezes se torna evidente que os que governam esquecem que o exemplo deve sempre partir de cima, que quem pede contenção deve ser o primeiro a sacrificar-se.

O Bloco de Esquerda apresenta esta iniciativa legislativa sob uma premissa

fundamental: quem ocupa um cargo público, seja titular de um cargo político, seja gestor público ou equiparado, deve apenas esperar ser recompensado pelo seu trabalho. Não deve esperar mais do que isso e se espera mais do que isso não merece servir a coisa pública. No fundo, a cidadania não é mais do que isto. Servir desinteressadamente a sociedade que o acolhe, contribuir para o seu desenvolvimento e para melhoria da qualidade de vida de todos. Esta, no fim de contas, teria de ser a única recompensa que todos os cidadãos, de todas as democracias, almejavam.

Acresce ainda a tais situações, os casos dos regimes de regalias excepcionais para os administradores da Caixa Geral de Depósitos e outras empresas de ou com capitais públicos, que demonstram a existência de privilégios e excepções que a democracia não pode aceitar.

Assim, para que se possa contrariar a cultura do privilégio e defender, em alternativa, esta atitude de serviço público, disseminando-a por toda a sociedade, compete ao legislador adoptar as medidas certas e esta, consubstanciada no presente Projecto de Lei, não sendo suficiente revela-se, contudo, imprescindível.

Nestes termos, no âmbito das normas constitucionais e regimentais em vigor, os Deputados do Bloco de Esquerda apresentam o seguinte projecto de lei:

Artigo 1º

Objecto

A presente Lei suprime regimes especiais de aposentação dos titulares de cargos políticos, gestores públicos e equiparados, aplicando o regime geral dos servidores do Estado, previsto no Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei 498/72, de 9 de Dezembro, ou, tratando-se de gestores públicos e equiparados, o regime geralmente aplicável a todos os trabalhadores da instituição em que exercem responsabilidades.

Artigo 2º

Definições

Para efeitos da presente Lei considera-se:

- a) Titulares de cargos políticos: os membros do Governo, os deputados à Assembleia da República e os juizes do Tribunal Constitucional que não sejam magistrados de carreira;

b) Gestores públicos e equiparados: os indivíduos nomeados pelo Governo para os órgãos das empresas públicas ou para órgãos de empresas em que a lei ou os respectivos estatutos conferirem ao Estado essa faculdade, exercendo ou não funções executivas.

Artigo 3º

Gestores públicos e equiparados em especial

É nula, não produzindo qualquer efeito, a disposição, acordo ou qualquer outro documento, de natureza pública ou particular, que atribua aos gestores públicos ou equiparados vantagem ou regime mais favorável do que o previsto no Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, ou em vigor na respectiva empresa para a generalidade dos trabalhadores.

Artigo 4º

Dever de transparência

Os relatórios e contas das empresas públicas ou empresas em que a lei ou os respectivos estatutos conferirem ao Estado a faculdade de nomear administradores incluem necessariamente a discriminação dos salários, das ajudas de custo e demais pagamentos directos ou indirectos efectuados a todos os gestores públicos ou equiparados durante o ano.

Artigo 5º

Revogação

São revogados os n.º 1, n.º 4 e n.º 5 do artigo 24º, os n.º 1, 2, 3 e 7 do artigo 25º e o n.º 1 do artigo 27º da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril com a redacção dada pela Lei n.º 16/87, de 1 de Junho e pela Lei n.º 26/95, de 18 de Agosto, que passam a ter a seguinte redacção:

“Artigo 24º

(Subvenção mensal vitalícia)

1-[*revogado*]

2-[...]

- 3-[...]
- 4-[*revogado*]
- 5-[*revogado*]”

“Artigo 25º

(Cálculo da subvenção mensal vitalícia)

- 1-[*revogado*]
- 2-[*revogado*]
- 3-[*revogado*]
- 4-[...]
- 5-[...]
- 6-[...]
- 7-[*revogado*]”

“Artigo 27º

(Acumulação de pensões)

- 1-[*revogado*]
- 2-[...]”

Artigo 6º

Altera a Lei n.º 4/85, de 9 de Abril

O n.º 1 do artigo 28º da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 28º

(Transmissão do direito à subvenção)

- 1-Em caso de morte do beneficiário das subvenções mensais vitalícias conferidas aos ex-Presidentes da Assembleia da República e aos ex-Primeiros-Ministros na vigência da Constituição da República, 75% do respectivo montante transmite-se ao cônjuge viúvo e aos descendentes menores ou incapazes e aos ascendentes a seu cargo, mediante

requerimento.
2-[...]”

Artigo 7º
Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, aplicando-se a todos os processos pendentes.

Palácio de São Bento, 25 de Maio de 2005.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,